

Trabalho, Tempo Livre e Lazer
O elogio à Educação e a Cultura

Work, Free Time and Leisure
The compliment to Education and Culture

Autores:

Aguinaldo César Surdi

Doutorando em Educação Física pela Universidade Federal de Santa Catarina – Brasil

Professor da Universidade do Oeste de Santa Catarina/Campus de Videira SC – Brasil

Aguinaldosurdi@yahoo.com.br

Dr. Antônio Camilo Cunha

Doutor em Educação pela UMINHO – Braga – Portugal

Professor Auxiliar com Agregação da UMINHO – Braga – Portugal

camilo@ie.uminho.pt

Zenaide Galvão

Doutoranda em Estudos da Criança - Instituto de Educação - UMINHO – Braga - Portugal

Membro do CIEC - Centro de Investigação em Estudos da Criança - IE - UMINHO - Braga - Portugal.

zgalvao@uol.com.br

Dr. José Tarcísio Grunennvaldt

Doutor em Educação pela UNICAMP – São Paulo – Brasil

Professor da Universidade Federal de Mato Grosso – Brasil

jotagrun@hotmail.com

Resumo

Neste ensaio, propomos uma discussão sobre os sentidos que permeiam, atualmente, o trabalho, o tempo livre e o lazer. Por mais incoerente que possa ser e na contramão do que gostaríamos que fosse, é o trabalho que dita cada vez mais às regras que nos conduzem a usar nosso tempo fora dele. Portanto, o tempo livre de lazer não é significativo, não recebe a importância desejada, e é colocado em planos inferiores no processo de nossa existência. Queremos salientar aqui, sua importância como instância fundamental no processo de desenvolvimento humano. Enfatizando o elogio a educação como possibilidade de uma tomada de consciência por parte do indivíduo e o elogio à cultura como forma de proporcionar aos indivíduos a condição de acrescentar e melhorar a si mesmo e, por consequência, o mundo, através de suas ações livres, críticas, criativas e prazerosas.

Palavras Chaves: Cultura; Educação; Lazer; Trabalho; Tempo livre.

Introdução

Com o processo de globalização do mundo do trabalho, tem-se vindo a constatar uma modificação da concepção de trabalho - o antigo paradigma mundo do trabalho homogêneo e para toda a vida, está a dar lugar ao(s) paradigma(s) mundos do trabalho com características diferentes, diversificadas e efêmeras. Associado a esta realidade tem surgido um agravamento das condições de trabalho e da qualidade da vida dos trabalhadores fruto de uma competição extrema, muitas vezes desumana. Este fato tem levado a que direitos trabalhistas conquistados (com muito esforço) comecem também eles a ficarem fragilizados. Assim, com essa nova realidade, a força de trabalho começa a ter novas configurações, superexplorada pelas condições extremas, salários ínfimos, longas jornadas de trabalho que são “legitimadas” pelas horas extras, trabalho em dois ou três lugares diferentes, fazendo com que o trabalhador tenha que ir muito além do que é permitido (dignidade de vida) para ganhar o suficiente e sobreviver. Estes cenários parecem comprometer uma das componentes fundamentais do “ser humano” e do “ser pessoa”, o tempo livre e o lazer, ou se quisermos a legítima e humana vida boa - na concepção Aristotélica.

É consensual que a necessidade do lazer é imprescindível para todo ser humano. É um dado antropológico, ontológico, mas também, sociológico, psicológico e até jurídico. Por exemplo, na Constituição da República Federativa do Brasil (1988, p.7) Capítulo II - Dos Direitos, no art. 6º, que assim estabelece: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, “o lazer”, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Também se constata que no âmbito do pensamento/pesquisas acadêmicas o lazer, e o tempo livre tem sido objeto de particular análise com mudanças significativas sobre o olhar e a prática desses constituintes humanos.

Paradigmático deste fato é a evolução, por exemplo, da própria Sociologia do Lazer. De uma orientação onde predominava o pensamento reducionista e dualista, que tendia a considerar o lazer como uma coisa vulgar, orientado para o prazer e sem grandes ligações com a economia, à sociedade, para uma orientação mais humanizada entre trabalho e tempo livre/ lazer, fazendo agora o elogio ao lazer individual, grupal em simbiose com a lógica mais social, cívica, política e produtiva.

No entanto outra tendência começa a emergir (tendência com a qual nos identificamos). A de considerar o tempo livre e o lazer com um tempo e espaço de desenvolvimento individual e social tendo como referência o dado de uma liberdade individual e ontológica, que é de alguma forma um retorno (o sempre eterno retorno) à metáfora Socrática, tempo livre para construir o meu eu interior, que tem na cultura e na axiologia âncoras seguras.

É neste envolvimento que Elias & Dunning (1992) referem que o lazer como algo que se configura com atividades de tempo livre, desde que não se caracterize como uma ocupação especializada, através da qual se ganha à vida. Trata-se de atividades diretamente associadas à destruição da rotina, característica essa da excitação mimética, que envolve atividades de lazer, tais como ir ao teatro, ou a um concerto, às corridas, ao cinema, à caça, à pesca, jogar bridge, fazer montanhismo, apostar, dançar ou assistir televisão. Trata-se assim e em primeiro lugar de iniciativas que contemplam dinâmicas que conduzem a um homem total, homem feliz, realizado, pleno – e só depois uma dialética (não um dualismo ou dicotomia) com outro setor da realização humana – o trabalho.

Pretende-se neste ensaio, desenvolver uma reflexão que tente dar luz a estas duas realidades da vida humana: o trabalho e o tempo livre/lazer e contribuir para um ampliar de horizontes e significados na vida das pessoas. Para a concretização desta intenção o ensaio está

dividido em duas partes. Numa primeira percorreremos temas (síntese) como: trabalho, tempo livre/lazer, história, o ser individual e o ser coletivo, vida; num segundo momento faremos o elogio à educação e à cultura como caminhos para a concretização deste campo tão nobre da vida humana: o tempo livre e o lazer.

Parte I

1. Tempo livre/lazer: um direito ontológico e um sentido político

Existem muitas concepções sobre o conceito de tempo livre e lazer. De uma forma simples podemos dizer que as atividades de lazer proporcionam a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida. “A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação de tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde física e mental” (Elias & Dunning, 1992, p. 137-8). Mais do que isso, pensamos que as atividades de lazer são questões intrínsecas ao ser humano. São formas de o homem sentir e perceber a si mesmo e o mundo. Neste sentido, é um elemento da constituição humana/existencial. O lazer como atividade intrinsecamente humana, fenomenológica, vital, um direito ontológico.

Sobre as atitudes perante o de lazer, Marcelino (2004), refere que as pessoas têm vergonha de reivindicar lazer, pelo motivo de ele ser ainda tratado como coisa “dispensável” e “inútil”. Esta ideia/atitude que se tem do tempo e, sobretudo da importância do lazer tem trazido inúmeros equívocos. Parece que não temos mais o direito de brincar, jogar, passear, ir ao cinema, ao teatro, deleitar, rir, sorrir, e que temos de tratar todos os assuntos cotidianos como sérios e produtivos que tem no trabalho a sua grande expressão.

Ironicamente essa lógica do trabalho (de excesso de trabalho) tem invadido o lazer, transformando-o ele mesmo como trabalho produtivo, ou como consumidor dos produtos do trabalho. O mundo do entretenimento é agora comercializado. Todo o nosso tempo de lazer parece constituir-se como um tempo e espaço de consumo ou de propostas produzidas pelo trabalho. Desse modo, o tempo livre torna-se um tempo de consumo, inviabilizando que se atinja as circunstâncias naturais para ser caracterizado e experimentado como tempo de verdadeiro lazer – ser e as coisas do ser.

Para além destas dinâmicas do lazer trabalho, lazer direito antes (durante) e depois do trabalho, o lazer se constitui como dinâmica política. O lazer como direito deve atingir toda a população. É uma função/responsabilidade primordial do Estado que através de políticas públicas eficientes tratem todas as pessoas com igualdade. Falar de políticas públicas significa pensar o lazer para além de meras atividades recreativas, mas como um processo social e cultural que atinge a população total. É assim um instrumento político que tem como função educar e estimular os ideais mais puristas desse sentido político, como a cidadania, a participação, o sentido cívico, a crítica/crítica.

Neste contexto ontológico e político, pensamos que o “segredo” está no início, no tempo da infância e da primeira educação (família, escola). É aqui que se poderá fazer consciência sobre construção de pensamentos, e práticas para a edificação da personalidade humana que encontra no lazer um sentido existencialista. A educação, por exemplo, leva ou deveria levar ideias transformadoras de lazer, tempo livre, saúde... para que todos possam utilizar os princípios e objetivos desse lazer em sua vida, mudanças nos modos de viver quer nas relações entre os sujeitos individualmente quer socialmente.

2. O trabalho, o tempo livre e o lazer – fenômenos individuais que possibilitam o social

Quando nos situamos nas questões sobre o trabalho, o tempo livre e o lazer, percebe-se que são tempos e espaços intrinsecamente individuais, mas que também são organizadas e

estruturadas pelo sentido político e comunitário. Este fato vai confundir muitas vezes a necessidade da busca de tempo livre/lazer (brincar, jogar, artes, cultura...) e da saúde (alimentação, exercício/bem estar físico, emocional. - que é primeiramente individual com conceitos de tempo livre/lazer, saúde, bem-estar físico e emocional – de caráter coletivo e generalista. Com base no princípio de que as pessoas possuem características diferentes que advêm de aspectos genéticos e socioculturais, não se pode exigir que sigam a mesma linha de pensamento e que ajam da mesma forma. Por isso, os conceitos de lazer, saúde e educação são (devem ser) de certo modo, individuais, porém não esquecendo o bem coletivo/comunitário. O que é descanso ou diversão para alguém pode não ser para outro, e vice-versa; todos necessitam de descanso e diversão, mas nem todos buscam isso da mesma maneira – há uma individualidade bio-psico-social que é preciso respeitar. “Quando se trata da escolha das suas próprias atividades de lazer, a consideração pelo seu próprio prazer, pela sua própria satisfação, pode ser soberana dentro de certos limites socialmente estabelecidos” (Elias & Dunning, 1992, p. 140).

A pessoa que trabalha o dia todo e mora longe de seu local de trabalho e, ainda, estuda à noite, por exemplo, provavelmente terá menos tempo livre para dedicar-se ao lazer. Isso também se reflete na questão atribuída aos espaços de lazer, que podem ser ruas, quadras, campinhos, rios, varandas ou clubes, associações e festas, geralmente, dependem da localização e disponibilidade do indivíduo – cada um se diverte, contempla, constroi com o que tem. Contudo, os direitos não seriam ou deveriam ser iguais? As atividades deveriam ser escolhidas pelo indivíduo e não impostas por alguma razão externa.

O lazer provoca um olhar diferente sobre o mundo e nos faz perceber aspectos importantes para nossa vida antes não percebidos, e que agora se tornam óbvios. As vitórias da liberdade, da expressão e do direito ao lazer são conquistas que percebemos que pelo seu valor intrínseco têm (devem) de ser defendidos individualmente e coletivamente.

3. O tempo de trabalho e o tempo de lazer – o sentido da história recente.

O mundo do trabalho passou e está passando por muitas transformações nos últimos anos. Estas transformações, segundo Antunes (1995), acontecem particularmente nos países de capitalismo avançado, onde houve uma desproletarização do trabalho industrial, ou seja, uma diminuição da classe operária. Em consequência, efetivou-se uma significativa subproletarização do trabalho, decorrência das formas diversas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal ao setor de serviço, verificando-se, dessa forma, a heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho, que vem assolando os países do terceiro mundo dotados de uma industrialização intermediária.

A este fato não é alheio o processo de globalização do mundo do trabalho, que veio fazer com que as condições e as conquistas da classe operária, fossem palautinamente perdendo sua força. A força de trabalho é superexplorada pelas condições extremas como salários ínfimos, longas jornadas de trabalho que são “legitimadas” pelas horas extras, que fazem com que o trabalhador tenha que trabalhar muito além do que é permitido, por lei, para ganhar o suficiente para sobreviver, comprometendo, assim, seu tempo de lazer e de descanso, com implicações para a sua saúde.

No mundo do trabalho, a redução da jornada, sempre foi um assunto insistentemente reivindicado pelos trabalhadores, tendo em vista que tal medida implicaria o aumento de seu tempo livre com possibilidades de aproveitá-lo em tempo de lazer.

Podemos perceber na História, que essa luta vem surtindo efeito e que a jornada de trabalho vem diminuindo, gradativamente. As lutas operárias, juntamente com os sindicatos que tiveram seu surgimento na Inglaterra no século XIX, a partir da revolução industrial, são alguns instrumentos que proporcionaram, e ainda proporcionam tais conquistas e servem de resistência aos ditames da lógica capitalista. Fazendo um rápido esboço histórico podemos dizer que, no

período pré-capitalista, na vida cotidiana, o tempo de trabalho, de lazer e de descanso eram controlados pelo trabalhador. Para o trabalhador, esses tempos se confundiam, na medida em que os controlava sob seu ritmo de vida (Silva, 2003). Não existia um relógio de controle do tempo. A natureza era observada como forma preliminar desse controle. A chuva, o sol, a saúde, a família eram fatores importantes, que o trabalhador observava para definir seu tempo e seus afazeres.

Na modernidade e com a revolução industrial a “criação (atenção) do relógio”, elevou-se o respeito à rigidez e as pressões do trabalho para, depois, tentar construir uma vida em sociedade. Mudanças profundas foram sentidas na vida do homem do campo e da cidade – é neste tempo que se assiste à constituição de novos e grandes centros urbanos (industrializados, serviços...). O tempo natural, controlado pelo ritmo da vida, pelos relógios e pelas pressões da indústria (produtividade) transformou esse tempo em tempo artificial, controlado pelo ideal produtivo. Neste contexto a vida cotidiana e as relações familiares foram se ajustando às do trabalho fabril, com jornada de trabalho de mais de 16 horas diárias – trabalho excessivo/escravo. Deste fato houve uma mobilização trabalhista que conta uma história de conquistas uma das quais a mais consagrada - a jornada de oito horas de trabalho e ainda oito para o descanso e oito para o lazer. No entanto, esta conquista trouxe também novas interrogações: Será que essa jornada de trabalho, descanso e lazer é uma realidade objetiva entre os trabalhadores? Será que para suprir as necessidades básicas muitos não utilizam boa parte de seu tempo de lazer e/ou descanso para continuar trabalhando? A precarização do trabalho, na atualidade, com baixos salários, escassez de emprego e péssimas condições, levariam o trabalhador a se sujeitar a fazer uma jornada muito maior do que possa suportar e, com isto, comprometer uma vida mais digna, mais leve com implicações nas relações individuais e sociais?

Constata-se que atualmente, que dois terços da humanidade que trabalha estão vivendo em países do terceiro mundo, localizados em diversas partes do mundo, como na Ásia, no Oriente, na África e na América Latina (Antunes, 1995). Sabemos que a grande maioria dessas pessoas é explorada pelo capital através de sua força de trabalho. Esses trabalhadores, segundo este autor, estão na classe que vive do trabalho e se sujeitam ao modo dominante de produção capitalista, aceitando condições de trabalho subumano, vivendo na pobreza e recebendo uma remuneração insuficiente para sua sobrevivência.

A redução histórica da jornada de trabalho tinha por objetivo dar mais tempo ao próprio homem de se cuidar de si. Padilha (2006) salienta que esta seria uma proposta para atenuar a alienação e a exploração do homem pelo trabalho, através do desenvolvimento e do uso racional das máquinas. Neste sentido, Lafargue (1999) comenta que poderia fazer o trabalho voltar a ser uma fonte de prazer para o trabalhador. Esta redução era vista tanto por Lafargue como por Marx, como uma saída para aumentar o “tempo livre” do trabalhador.

A relação entre a redução da jornada de trabalho com o aumento do “tempo livre”/lazer dos trabalhadores, na realidade não aconteceu. O “tempo livre” se tornou uma extensão da jornada de trabalho, no dizer de Marx (1988, p. 202-203), em função da exploração capitalista:

Entende-se por si, desde logo, que o trabalhador, durante toda a sua existência, nada mais é do que força de trabalho e que, por isto, todo seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho, portanto, pertence à autovalorização do capital. Tempo para a educação humana, para o desenvolvimento intelectual, para o preenchimento das funções sociais, para o convívio social, para o jogo livre das forças vitais físicas e espirituais, mesmo o tempo livre de domingo – e mesmo no país do sábado santificado – pura futilidade! Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por mais trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho. Usurpa o tempo para o crescimento, o

desenvolvimento e a manutenção sadia do corpo. Rouba o tempo necessário para o consumo de ar puro e luz solar. [...] Reduz o sono saudável para a concentração, renovação e restauração da força vital a tantas horas de torpor quanto a reanimação de um organismo absolutamente esgotado torna indispensável. [...] Ela (a produção capitalista) prolonga o tempo de produção do trabalhador num prazo determinado mediante o encurtamento de seu tempo de vida. (grifo do autor).

Podemos observar que a lógica capitalista se torna manipuladora de pessoas. Com o desejo de ampliar a mais-valia e, conseqüentemente, seu lucro, ela força o trabalhador a depender do trabalho e do salário proveniente dele para viver. Não estamos aqui a fazer uma crítica/ao capitalismo. Ele é como sabemos (no sentido purista) um bem conquistado pela humanidade. No entanto o que parece está a acontecer é uma deturpação das suas responsabilidades. Uma das suas responsabilidades é ajudar a humanidade.

3.1 Cultura de trabalho/cultura de lazer

Podemos perceber que o desenvolvimento do lazer depende (como diz o relato histórico) das condições socioeconômicas, políticas, ideológicas... de cada indivíduo ou classe social.

Constata-se que as elites procuram repassar a ideologia do trabalho, e neste contexto o desenvolvimento do lazer, para os trabalhadores, adquire uma conotação secundária, na ocupação do tempo extra do trabalho. Bacal (1988, p. 41) considera que é

[...] nas entrelinhas, que está o lugar e a própria concepção de lazer na sociedade industrial moderna. Os que o chamam de supérfluo ou elitista acham-se tomados inteiramente pela idéia de que o lazer é sinônimo de ócio, é essa característica que lhes traz como marca de distinção a relação desinteressada com as artes, o esporte e outras atividades distanciadas do mundo do trabalho.

Ao contrário, o autor complementa que, “[...] as classes trabalhadoras, cujo valor é a produção, tomariam a posição oposta, e o lazer para elas seria, em consequência, uma atividade secundária, executada apenas no tempo não preenchido pelo trabalho” (Bacal, 1988 p. 41). Ainda, segundo este autor, as oportunidades para o desenvolvimento do lazer, são maiores para a burguesia, porque sua possibilidade de ocupá-lo e desenvolvê-lo com o trabalho é mais acentuada, por dois motivos: a) ela pode dispor de mais tempo livre; b) suas condições sócio-econômicas permitem a prática de diferentes tipos de atividades. Para os trabalhadores existem limitações que impedem o desenvolvimento de atividades de lazer: a) geralmente dispõem de pouco tempo livre, resultado da longa jornada de trabalho (quando a jornada de trabalho é reduzida diminui também a sua remuneração), b) não possuem condições favoráveis ao acesso de práticas de lazer, nem tampouco a possibilidade de optar dentre as variedades disponíveis.

Assim, tanto as condições socioeconômicas quanto o tempo livre, influenciam no desenvolvimento do lazer. Percebe-se, então, que as classes desprivilegiadas possuem as suas oportunidades reduzidas em relação à utilização do lazer, ao contrário das elites, que conseguem ocupá-lo e envolvê-lo, graças ao fato de serem detentoras do capital. A noção de lazer deve ser compreendida e definida pela qualidade da experiência do tempo de lazer, ou seja, pelos valores decorrentes da natureza do objeto do lazer, do descanso que o lazer proporciona, da satisfação de uma ação livre e prazerosa e da criação de algo como livre expressão de si mesmo, e não em função de status socio-econômico.

3.2 A importância do descanso

Neste envolvimento do lazer como qualidade da experiência, Lafargue (1999) propõe o “direito à preguiça” tomando como objeto de análise o trabalho. Faz um elogio à preguiça como condição de desenvolvimento físico, psíquico e político dos trabalhadores. Salienta que os trabalhadores são ideologicamente apaixonados pelo trabalho, não entendem que é da força de seu trabalho que ele próprio se empobrece, no sentido de que, quanto mais produz menos recebe pelo tempo de trabalho gasto nessa produção. Essa lógica favorece o dono do capital que, com o excesso de produtos produzidos, pode vender mais, principalmente, quando essa quantidade de produtos é de baixa qualidade e pouca durabilidade. O autor propõe que, através do uso racional das máquinas e da grande quantidade de matéria-prima e de produtos que possuímos, a redução da jornada de trabalho poderia chegar para 3 horas diárias, durante seis meses no ano. Com isso, o trabalhador teria acesso às “virtudes da preguiça” e, conseqüentemente, todos teriam trabalho.

Neste envolvimento Padilha (2006) propõe quatro itens de discussão sobre a jornada de trabalho (tendo implicações no tempo livre e no lazer) que começou no século XIX e permanece até hoje:

- a) em primeiro lugar, que a redução da jornada não significa eliminar o trabalho abstrato ou alienado;
- b) em segundo lugar, que a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, tem sido uma luta na qual ainda não tivemos sucessos expressivos, sendo que esta questão poderia ajudar na solução para o desemprego estrutural;
- c) em terceiro lugar, que a redução da jornada de trabalho não significa aumento de “tempo livre”, principalmente nos países pobres;
- d) em quarto lugar, para que o “tempo livre” fosse verdadeiramente livre, seria preciso muito mais que a redução da jornada de trabalho, mas uma “superação da racionalidade econômica do capital” (p. 166).

Podemos entender que a conquista de “tempo livre” perpassa a redução da jornada de trabalho. Essa redução pura e simplesmente não fornece ao trabalhador, no dizer de Antunes (1999, p. 86) uma “vida cheia de sentido”, pois a lógica do capital continuar ditando as regras. É necessária uma emancipação humana no sentido de enfrentamento e do desejo de mudança. No dizer de Pronovost apud Padilha (2006), se quisermos conquistar uma civilização verdadeiramente humana (o lazer como variável fundacional), teremos que lutar pela superação da lógica capitalista. É no lazer que as pessoas se realizam.

Como realizar tal empreendimento? Uma possível resposta: Pela educação e pela cultura que eleve o valor e o sentido humano!

Parte II

4. O elogio à educação e à cultura como expressão e consciência da necessidade de lazer

4.1. O elogio à educação - para o lazer

Antes de falarmos em educação para o lazer, talvez seja importante precisar em primeiro lugar o que é a Educação. Neste sentido, trazemos aqui a reflexão de Camilo Cunha (2008) que refere, só há educação quando existe a dimensão normativa de influência política, histórica, social e cultural, e a dimensão axiológica que alimenta e é alimentada pelos valores e pela cultura. Diríamos mesmo, que mais do que a dimensão normativa, o que fundamenta a verdadeira educação é a ideia de cultura e axiologia, que acabam por se constituir como variáveis estruturantes do saber humano. A Educação pressupõe então a ideia de luz, de preparar

o futuro (porvir), construir o espírito crítico no sentido do ser no mundo... um novo homem, um novo cidadão (Camilo Cunha, 2008).

Já na Educação para o Lazer, Aristóteles e Platão, já haviam dito que o lazer é algo mais do que tempo livre. A concepção grega de lazer baseava-se em um tempo para si, que era um estado ou uma condição, sem preocupações com nenhuma ocupação. Com o passar dos anos e com a Revolução Industrial, a diminuição da jornada de trabalho e o aumento do tempo livre, o lazer tornou-se significado de um período que pode ser entendido como o tempo livre do trabalho.

Os principais trabalhos e conceitos sobre o lazer e educação (no Brasil, por exemplo) fundamentam-se nas teorias do sociólogo francês Dumazedier (2001). Esse autor define lazer como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, seja, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. Nas suas publicações o autor não considera a influência que o Estado (educação) exerce na definição das políticas públicas (de educação formal, informal e não formal) e na constituição de espaços públicos para a prática social do lazer. Como também a perspectiva de que o aumento do tempo livre para quem trabalha representa uma conquista de classe, sendo o resultado fragmentado da contradição entre capital e trabalho. Assim o lazer fica com um entendimento diminuído frente ao seu potencial. No Brasil, por mais que o conceito dumazediano, seja bastante utilizado, ele possui uma gama de interpretações, uma delas vem de Marcelino (2004, p. 27), que o define como:

Um conjunto de atividades gratuitas, prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, manuais, intelectuais, artísticos e associativos, realizado num tempo livre roubado ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho profissional e doméstico e que interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Por mais que este conceito abarque uma grande possibilidade, podemos perceber que o lazer é uma conquista vinculada à jornada de trabalho/tempo livre. Marcelino (2004, p. 53) acredita que um olhar atento sobre o lazer poderá constituir-se como, “ser o momento favorável para mudanças no plano cultural e educativo [...]. A ação dos educadores poderia assim, assumir dupla função: a de transformar o lazer em elemento de mudança ou de acomodação, estimulando a sua função como fator de humanização e ao mesmo tempo mitigando a dimensão alienadora de simples bem de consumo.” Esta perspectiva de ação educativa e difusão social do lazer passam pela democratização do acesso aos equipamentos e espaços necessários à sua prática. Assim, educar para o lazer, aproveitando o potencial das atividades desenvolvidas no tempo livre, significa acelerar o processo de mudança que possibilitará a instalação de uma nova ordem no plano cultural, e com ela uma nova práxis de lazer.

Especificando melhor este conceito de “educação para o lazer” podemos afirmar que ele possui diversas conotações. Para alguns, significa transmitir informação relacionada com o lazer, por meio do sistema educacional. Tradicionalmente, a educação para o lazer tem sido vista como um meio de transmissão de conhecimentos e habilidades para o lazer, dando oportunidade, estimulando e ajudando a ter consciência sobre a importância na participação em programas de recreação, bem como em programas pós-escolares, que demonstrem um valor acrescentado no desenvolvimento humano. A educação para o lazer, ou a educação para o tempo livre, conforme Marcelino (2004, p. 56):

Tem como objetivos formar o indivíduo para que viva o seu tempo disponível da forma mais positiva, sendo um processo de desenvolvimento total através do qual um indivíduo amplia o conhecimento de si próprio, do lazer e das relações do lazer com a vida e com o tecido social.

A Associação Mundial de Recreação e Lazer publicou, em 2002, a Carta Internacional de Educação para o Lazer, que tem como finalidade informar os governos, organizações e instituições de ensino a respeito do significado e dos benefícios do lazer e da educação para e pelo lazer e, também, orientar todos os agentes de educação – escolas, comunidades e instituições envolvidas em capacitação de recursos humanos e sobre os princípios por meio dos quais poderão se desenvolver políticas e estratégias de educação para o lazer.

As primeiras reflexões (recomendações) da Carta referem-se o lazer como uma área específica da experiência humana, com seus próprios benefícios, incluindo liberdade de escolha, criatividade, satisfação, diversão e aumento de prazer e felicidade. Argumenta que o lazer poderá ter uma dupla função: É um meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social... e ao mesmo tempo um bem econômico, um produto cultural e industrial que gera empregos, bens e serviços; observa, no entanto, que fatores políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais também podem ampliá-lo ou dificultá-lo.

No mesmo caminho legislativo e organizacional o lazer, segundo a mesma carta (Carta Internacional de Educação para o Lazer), promove a saúde e o bem-estar geral, e as pessoas só atingem seu pleno potencial de lazer quando estão envolvidas nas decisões que determinam as suas condições. Este é outro aspecto relevante, a participação das populações (individual e coletivamente) na estipulação das dinâmicas, campos, necessidades de lazer. Além de ser direito básico ao qual ninguém deve ser privado, é facilitado pela provisão de condições básicas de vida, tais como segurança, moradia, alimentação, renda, educação e justiça social; deve ser visto como um recurso para melhorar a qualidade de vida.

Levando-se em conta que as condições ideais para o lazer não podem ser garantidas somente pelo indivíduo, pois exige ação coordenada por parte de governos, organizações não governamentais e voluntárias, indústrias, instituições de ensino e mídia, a educação para o lazer desempenha papel importante na diminuição das diferenças de condições e na garantia de igualdade de oportunidade e recursos.

Neste contexto, não gostaríamos de deixar de destacar o papel do professor de Educação Física, pois possui um conhecimento adequado e privilegiado para auxiliar neste campo. Ele atua na escola e na comunidade e pode fortalecer a importância lúdica do jogo, das atividades físicas, esportivas e recreativas que as pessoas podem fazer no seu tempo livre. Atualmente, não existe um profissional do lazer, mas sim um profissional que entende de lazer e acreditamos que o professor de Educação Física pode ser referência neste campo. A atuação desse profissional, nos dias de hoje, abrange um campo bastante amplo e diversificado e esse tempo livre, que está aumentando consideravelmente, abrindo um leque de possibilidades para o campo da Educação Física. É neste tempo que a maioria das pessoas busca o lazer com intenção de melhoria de sua saúde, através de atividades físicas, recreativas e desportivas. Neste sentido o professor de Educação Física tem um papel estruturante e influenciador neste processo. Desta constatação recomendamos que a formação inicial (graduação), contínua e especializada destes profissionais tenha uma atenção particular (atenção curricular) a este campo tão antigo quanto emergente.

4.2 O elogio à cultura - para o lazer

Antes de mais o que é a cultura? Várias áreas do conhecimento caracterizam este fenômeno. Vamos aqui convocar uma definição simples com a qual nos identificamos. “A

cultura é aquilo que o homem acrescenta à natureza” (Hall, 2006; Patrício, 2009). É aquilo que o homem acrescenta à sua natureza e à natureza – natureza (dimensão ecológica). A cultura torna assim o homem mais largo, profundo, inovador, mais leve e, supostamente, (desejavelmente) melhor. Pensamos que um indivíduo em sociedade envolto em cultura tem mais possibilidades de mudar o modo de pensar e de agir (práxis) nestes tempos pós-modernos e no caso que anima este ensaio o tempo livre e o lazer.

O tempo de lazer é assim uma variável estruturante do tempo de vida com qualidade (vida boa), como por exemplo, o campo da saúde – queremos destacar aqui a saúde, uma vez que parece ser o campo em análise (e preocupação) deste início de século. Uma cultura do lazer tendo como um dos referenciais a saúde. Acrescentar (pegando no conceito de cultura) ao indivíduo formas, estratégias e atividades que convoquem a saúde.

Assim, atividades que se configuram como lazer, organizadas com o entendimento de que educação, cultura, saúde e lazer devem, lado a lado, desenvolver inter-relações visando dar resposta ao bem estar humano. Neste contexto Elias refere:

Seja qual for a relação que esta necessidade possa ter com outras necessidades mais elementares como a fome, a sede e o sexo – todos os dados acentuam o facto de que esta representa um fenómeno muito mais complexo, um fenómeno muito menos puramente biológico - pode bem considerar-se que o desprezo quanto à atenção dedicada a esta necessidade constitui uma das maiores lacunas na abordagem dos problemas da saúde (psicológico, emocional...)(Elias, 1992, p. 136-7).

A questão cultural – uma cultura do lazer no campo da saúde - necessidade inerentemente humana - tem agora um olhar muito centrado e claro, não devemos olhar para a saúde como campo de tratamento curativo, mas, antes de mais como campo diagnóstico-preventivo. Assim, educação, saúde e lazer são instituições que, ao estabelecerem uma tríade dialógica, podem possibilitar ações preventivas no âmbito da saúde coletiva e, em especial, na saúde psicológica, emocional, espiritual, de tal modo que emoções, sentimentos no lazer fazem-se substantivas na sociedade contemporânea. Sobre a necessidade de busca de excitação no lazer, (a excitação entendida como elemento ontológico de ir mais para diante, para a felicidade...) a passagem que segue parece-nos elucidativa.

De uma maneira simples ou complexa, a um nível elevado, as atividades de lazer proporcionam, por um breve tempo, a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas suas rotinas habituais da vida. A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação de tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental, emocional, espiritual (Elias & Dunning, 1992, p. 137-8).

5. Considerações finais

O tempo livre e o lazer justificam-se por si mesmo, pelo valor primeiramente ontológico e antropológico. Traduz-se num processo intrínseco, criativo, subjetivo e aberto direcionado para a liberdade, fruição e contemplação. Absorve-nos de tal maneira que nos perdemos diante da maravilha que é possibilitada pela sua realização. Este acontecimento depende prioritariamente do sujeito, mas não só dele. A educação e a cultura (o elogio que aqui queremos trazer) parecem ser esteios e molas de impulso para tal dinâmica. Sabemos que o contexto moderno e pós-moderno tem nos ditames da racionalização o direcionamento da vida

humana - de forma pragmática, utilitarista, eficácia, rendimento. O homem, a educação, o trabalho, a cultura e o tempo livre/lazer parecem estar reféns desses ditames. O trabalho a educação, a cultura, o lazer não devem ser consideradas máquinas de rendimentos. Dumazedier, neste sentido relata que o lazer, por exemplo, em sua forma ideal seria um instrumento de promoção individual e social, promovendo a integração do ser humano livremente no seu contexto social.

Defendemos aqui um caminho (tomada de consciência) de que só uma educação de cariz axiológica e uma cultura que acrescente, torne mais... possibilitarão no caso que anima este ensaio, a realização de um lazer para uma vida melhor, ou seja, uma vida boa. Esta é nossa utopia que queremos que venha a ser topia, possibilidade e realidade. Enquanto as regras rígidas, duras, e humanamente indesejáveis estiverem gerenciando o tempo livre (do trabalho, da educação, da cultura), o lazer como forma de libertação e realização não existirá. Para isto políticas públicas, clubes, setores privados e as entidades em geral devem favorecer a ampliar as possibilidades de lazer da população, sem discriminação. Possibilidades de lazer que levem em consideração os anseios das pessoas, suas escolhas e seus desejos.

Referências Bibliográficas

- Antunes, R. (1995). *Adeus ao trabalho?* Campinas: Unicamp.
- _____. (1999) *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Associação Mundial de Recreação e Lazer. (2012) Seminário Internacional de Educação para o Lazer. 2-4 ago. 1993, Jerusalém. *Carta internacional de educação para o lazer*. 6 fev. 2002. Disponível em: <<http://www.saudeemmovimento.com.br/profissionais/legislation/index.htm>>. Acesso em: 4 de outubro de 2012.
- Bacal, S. (1988) *Lazer: teoria e pesquisa*. São Paulo: Loyola.
- Camilo Cunha, A. (2008) *Ser professor - bases de uma sistematização teórica*. Braga: Edições Casa do Professor.
- Dumazedier, J. (2001) *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva.
- Elias, N.; Dunning, E. (1992) *A busca da Excitação*. Lisboa: Difel.
- Hall, S. (2006) *Da diáspora. Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG.
- Lafargue, P. (1999) *O Direito à Preguiça*. São Paulo: Hucitec/UNESP.
- Marcelino, N. (2004) *Lazer e Educação*. São Paulo: Papirus.
- Marx, K. (1998) *O capital: Crítica da Economia Política*. Rio de Janeiro: Nova Cultural.
- Padilha, V. (2006) *Shopping Center: A catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo editorial.
- Parker, S. (1978) *A Sociologia do Lazer*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Patrício, M. F. (2009). *Filosofia do currículo e formação de professores. Uma reflexão*: In: Medeiros, E. (Coord). *Educação, cultura(s) e cidadania*. Lisboa: Edições Afrontamento, p.73-81.
- Silva, M. R. (2003) *Trama Doce-Amarga: exploração do trabalho infantil e cultura lúdica*. São Paulo: Hucitec/Unijui.